

ZAPATA, Antonio. Pensando a la derecha: historia intelectual y política. Lima: Editorial Planeta Perú S. A., 2016, 199p.

Recebido: 12-06-2018

Aprovado: 12-04-2019

Lucas Araújo Monte

O livro “Pensando a la derecha” (2016) constitui uma síntese realizada por Antonio Zapata sobre a direita política peruana nos dias atuais. O autor é historiador, doutorado pela Universidade de Columbia em Nova York, professor universitário, analista político, além de colunista de um dos principais jornais do país – *La República* –, e membro do mais famoso *think tank* do Peru, o Instituto de Estudios Peruanos (IEP). Suas pesquisas são voltadas para o campo da história contemporânea e da realidade sociopolítica do seu país.

Dado o período atual, em que a política na América Latina indica uma nova guinada para a direita, a obra demonstra uma grande relevância temática e uma contemporaneidade nas suas discussões. Ademais, são poucas as obras, de cunho acadêmico, que ousem abordar a direita como temática principal, além de raras as que o caráter crítico supere o próprio entendimento das ideias vinculadas a este polo do espectro político-ideológico.

Zapata, já no primeiro parágrafo do livro, apresenta esse desafio por admitir ser um “esquerdista” convicto e confesso. No entanto, as suas convicções não atrapalham em nada o seu objetivo, uma vez que adota uma metodologia de, primeiramente, apresentar as ideias envolvidas em torno de determinada agremiação política, para, num segundo momento, se for o caso, tecer algum comentário crítico. Portanto, a obra, apesar de retratar de uma maneira objetiva as ideias e a ação política em torno dos principais partidos políticos da direita peruana, não perde o seu caráter crítico.

Por outro lado, as variáveis escolhidas por Zapata – ação política e ideias –, para desenvolver sua análise, esvaziam, em certa medida, uma observação mais profunda nesses grupos políticos identificados com a direita, uma vez que exclui uma percepção, especialmente, sobre a economia e a própria sociedade (viés socioestrutural). O próprio autor

reconhece tais limitações e justifica que a utilização de um número maior de variáveis ensejaria numa discussão muito longa – o que não seria viável nessa publicação.

A partir da identificação dos principais representantes da direita peruana, Zapata constrói sua análise, a partir da origem histórica de três tradições de direita no Peru, identificadas com esses líderes: o *aprismo* (vertente muito própria da política peruana), o clientelismo populista de direita e a direita tecnocrática. Assim, o autor constrói sua argumentação apresentando os diversos elementos caracterizadores da composição político-ideológica dessas três vertentes da direita; as quais, de fato, coexistem. No entanto, a abordagem de tais segmentos não exclui a possibilidade da existência de outras linhagens na direita.

Desse modo, a obra está dividida em quatro capítulos. Os três primeiros se propõem a realizar uma análise propriamente dita sobre as três mencionadas tradições políticas, fazendo, em algumas ocasiões, um recorrido histórico de cerca de um século, com a inclusão dos principais representantes de cada um dos três segmentos na atualidade. O último capítulo – que apesar de ser titulado como tal – possui mais um viés de conclusão do que foi possível apurar no desenvolvimento do trabalho.

O capítulo 1 (*El APRA, historia de un zigzag*) aborda a história da *Alianza Popular Revolucionaria Americana* (APRA), e de seu principal fundador: Victor Raúl Haya de la Torre. O APRA foi fundado como um movimento revolucionário na segunda metade da década de 1920, e, posteriormente, consolidado num partido político (*Partido Aprista Peruano*), em 1930. As bases originais do APRA eram fundadas numa alternativa esquerdista ao comunismo marxista. Desse modo, Zapata retrata a primeira etapa do partido dentro do espectro político-ideológico. As ideias *apristas* contra o imperialismo (especialmente o estadunidense) e as oligarquias agrárias no Peru, além das diversas mobilizações públicas, fizeram com que o partido fosse colocado na ilegalidade, na maior parte do tempo, até o início da década de 1960.

O autor traz a chave para compreender as mudanças do APRA dentro do *continuum* esquerda-direita. A fundamentação para esses “giros” se deu, a partir do exílio do seu principal líder, Haya de la Torre, durante um dos períodos de “ilegalidade” do partido. Nessa etapa, ele reformulou as bases do APRA utilizando-se de uma filosofia que denominou como espaço-tempo histórico, que, em síntese, consiste no uso dessas duas variáveis para a ação política. Ademais, foca-se no particular em vez do geral, com o objetivo de apurar as

especificidades peruanas em cada tempo. Zapata apresenta tais aportes como um conceito simples que possibilitou o trânsito do APRA na esquerda e na direita.

A primeira mudança de postura foi quando o APRA apoiou os Estados Unidos contra o eixo nazifascista. Mesmo após o término da segunda guerra mundial, especialmente com a vigência da política da “boa vizinhança” estadunidense, o alinhamento do APRA continuou e Haya de la Torre começou a postular uma relação equilibrada com o Estado norte-americano. A partir desse momento, o APRA introduziu o conceito de democracia – nos moldes liberais do ocidente – nas bases do partido político; embora os métodos “insurrecionais” ainda não tivessem sido totalmente renunciados.

Após mais alguns anos na ilegalidade, o APRA manifestou outra guinada à direita. Com a promessa de voltar à legalidade no cenário político-partidário, realizou um acordo de apoio nas eleições presidenciais ao ex-presidente Manuel Prado, representante declarado da oligarquia peruana e do grande capital nacional, que, durante seu outro mandato, foi um perseguidor dos *apristas*. Mesmo na ilegalidade por décadas, Zapata destaca que o APRA sempre conseguiu manter fortes bases na sociedade civil organizada, bem como nos meios populares. Prado foi eleito, em 1956, e retirou as restrições do APRA, assim como concedeu a anistia a todos os *apristas* envolvidos em processos penais. Esse período ficou conhecido como o da “boa convivência”.

Nas eleições de 1962, Haya de la Torre participou do pleito presidencial pelo *Partido Aprista*. O representante do APRA foi o mais votado, com 32,98% dos votos válidos. No entanto, a Constituição Peruana da época exigia o mínimo de 1/3 dos votos válidos para eleger um presidente. Caso contrário, o Congresso deveria escolher dentre os candidatos que tiveram maior votação. O APRA fez um acordo com o ex-presidente e ditador Manuel Odría, que havia perseguido os *apristas* duramente – inclusive com assassinatos –, para que este fosse o presidente da República, enquanto os partidários de Haya de la Torre ficariam no controle do Congresso. Apesar de as eleições terem sido canceladas, o APRA atuou novamente ao lado da direita política-ideológica.

A mesma “contradição” se seguiu no sufrágio de 1963. Fernando Belaunde Terry ganhou as eleições sem a necessidade de “desempate” pelo Congresso. Não obstante, o APRA realizou uma aliança com a *Unión Nacional Odrista*, partido de Manuel Odría, que representava a velha oligarquia agroexportadora, para compor um bloco de oposição no Congresso ao governo de Belaunde, caracterizado como de centro-esquerda. Zapata destaca que esse foi o ponto mais à direita da guinada do APRA.

O APRA reivindicou para si muitas das políticas reformistas no âmbito social realizadas, a partir de 1968, pelo governo militar de Juan Velasco Alvarado. Ou seja, mais uma vez o APRA retornou para a centro-esquerda. Durante esse período, a oposição dos *apristas* foi basicamente em torno do retorno da democracia. Essa agremiação política manteve essa mesma postura durante a Assembleia Constituinte, convocada pelo general Morales Bermúdez em 1978, como passo para o retorno da democracia.

O *Partido Aprista Peruano* logrou, pela primeira vez, vencer as eleições presidenciais, em 1980, com Alan García Pérez. O representante do APRA foi eleito a partir de propostas vinculadas à socialdemocracia, e durante o seu mandato, apesar de em alguns momentos estar bem alinhado com o núcleo das elites financeiras do país, teve, de fato, um direcionamento político alinhado à esquerda.

Depois da implantação das políticas neoliberais nos governos de Alberto Fujimori (1990-2000), e de Alejandro Toledo (2001-2006), o *Partido Aprista Peruano* voltou ao centro da política peruana com a nova eleição de Alan García. A campanha eleitoral já dava indícios de uma nova guinada do APRA à direita. No primeiro turno, García manteve uma postura mais ao centro do espectro. No entanto, no segundo turno, fez alianças com os representantes da direita. Muitos pensavam que o “pacto” seria apenas eleitoral. Todavia, a aliança seguiu durante todo o governo, e García deu andamento às políticas neoliberais iniciadas por Fujimori e prosseguidas por Toledo, numa total aliança com as elites. Zapata destaca que esse foi o último giro do APRA, e, desde então, se manteve inclinado à direita. Cabe destacar que García é um dos candidatos de destaque nas eleições de 2016, e, portanto, segue representando a direita *aprista*.

O capítulo 2 (*El clientelismo de derecha*) se desenvolve em torno de uma tradição política muito comum na América Latina: o clientelismo. Zapata inclui nessa categoria dois candidatos da direita peruana que têm uma grande adesão popular no país: Keiko Fujimori e César Acuña. A primeira, como a principal herdeira política de Alberto Fujimori (seu pai). Logo, tem suas bases num clientelismo construído a partir do Estado. Por outro lado, Acuña, que também mantém vínculos com o fujimorismo, se enquadra nessa categoria por realizar um clientelismo incomum, o privado, a partir de seu conglomerado de educação superior.

Não obstante, o historiador peruano previamente faz um histórico dessa tradição dentro da política peruana. É dado um destaque para três governos do país que tinham marcadamente uma inclinação clientelística nas suas políticas. O primeiro é o do general Óscar Benavides (1933-1939), que assumiu a presidência da República a partir de uma

eleição indireta do Congresso Nacional, após o assassinato do titular Luis Sánchez Cerro. Benavides tinha um perfil autoritário. Nas eleições que havia convocado para o ano de 1936, houve a derrota do seu candidato, assim articulou a anulação do sufrágio e conseguiu a prorrogação do seu mandato, junto ao Congresso, por mais três anos. Logo após, fechou totalmente o próprio legislativo.

Benavides conseguiu ótimos índices econômicos na sua gestão – basicamente pela exportação –, e inspirado, em certa medida, no fascismo italiano, desenvolveu uma grande obra social no país. Desse modo, tinha como objetivo realizar uma política nacionalista que reforçava o vínculo entre os setores populares e o Estado. Foi nessa época que foi criado, por exemplo, os Ministérios da Saúde e da Educação, e o primeiro sistema de seguridade social para trabalhadores, bem como a construção de casas populares para os empregados, além de uma vasta legislação favorável aos trabalhadores (embora praticamente não fosse cumprida).

O segundo governo, já mencionado no texto, foi o de Manuel Odría (1948-1956). O general Odría chegou ao poder depois de liderar um golpe militar. A postura do seu governo foi bastante autoritária, sendo marcada pela perseguição à opositores políticos. Por outro lado, Odría, apesar de ter uma postura repressiva às instituições que representavam os trabalhadores – especialmente por serem espaços dos *apristas* e comunistas –, sancionou diversas normas favoráveis a todos os trabalhadores. Como, por exemplo, a instituição da participação de lucro de 30% para os funcionários de cada empresa. Nesse ponto, Odría foi enfático em dizer que sua medida acabava com as lutas de classe, já que, a partir de então, todos os empregados também eram sócios. Ademais, foi criado durante a sua gestão a remuneração dos domingos não trabalhados, bem como o Ministério do Trabalho.

Odría constituiu uma política econômica liberal de livre mercado, e os frutos imediatos dessa abertura permitiram a expansão das suas políticas sociais. Assim, no campo da saúde, ampliou o seguro social dos trabalhadores, além de ter construído diversos hospitais para os empregados públicos e privados. Na educação, criou e reformou escolas, e ampliou a cobertura do ensino. Por fim, investiu na construção de casas populares, especialmente em Lima, mas sem nenhuma infraestrutura – o que gerou diversos problemas por décadas na capital peruana.

A última referência histórica, destacada por Zapata, de um clientelismo de direita é na gestão de Alberto Fujimori (1990-2000). Eleito num contexto de violência urbana, de crise econômica (inclusive, com a hiperinflação), de aumento considerável da população em situação de pobreza e miséria e de desprestígio político, Fujimori, que já havia se aliado com

os militares no segundo turno das eleições de 1990, iniciou o seu governo implementando as medidas neoliberais consignadas no “Consenso de Washington”. Tal feito agravou ainda mais a situação financeira da população, com alta de preços e aumento do índice de desemprego.

A partir, especialmente, da venda das 220 estatais privatizadas durante o seu governo, Fujimori subsidiou numerosos programas sociais destinados a “aliviar” aos mais pobres do país. Assim, cultivou uma relação especial com os setores populares, realizando obras de impacto local, e se apresentando a esse grupo como um “irmão mais velho” dotado de grande poder. Todavia, o governo de Fujimori foi marcado por um forte autoritarismo, cujo fato mais marcante foi o “autogolpe” anunciado em 1992, com o fechamento do Congresso.

Zapata resume os governos de Benavides, Odría e Fujimori como sendo autoritários no político, liberais no econômico e com uma forte política social de cunho clientelística. Todos contaram com o apoio das Forças Armadas, do capital, dos grandes meios de imprensa (embora que, em determinados momentos, por meio ilícito) e da Igreja Católica.

O autor finaliza o capítulo discorrendo sobre as duas figuras políticas de impacto eleitoral dos dias atuais que estão situadas nessa direita clientelística. A primeira é Keiko Fujimori. Zapata registra que, na sua primeira candidatura em 2006, Keiko foi a congressista mais votada do país. E, a partir de então, tornou-se a líder do fujimorismo (e de seu partido) no país. Durante o seu mandato, propôs projetos de lei em dois sentidos: repressão a violência (na mesma linha do seu pai, inclusive com a previsão de pena de morte) baseada no aumento de pena e redução de benefícios criminais; e de promoção a espetáculos (em suma, redução de impostos para essa atividade).

Zapata observa que na campanha presidencial de 2011, Keiko, diferente do seu pai, que focava mais nos setores populares, preferiu priorizar os novos e exitosos empresários. No entanto, o autor não interpreta isso como uma mudança drástica do seu perfil, uma vez que o clientelismo do fujimorismo sempre foi construído e mantido estando dentro do governo. Dessa forma, para chegar ao poder, Keiko busca diversificar as estratégias.

É apresentado um outro político que representa, atualmente, essa vertente da direita: o empresário César Acuña. Zapata deixa claro que ele se diferencia de todos os clientelismos já existentes no Peru, uma vez que não foi construído a partir do Estado, senão desde um conglomerado na área de educação superior. Desse modo, Acuña realiza um clientelismo trocando bolsas de estudo e cargos nas universidades por apoio, por militância e por votos.

Acuña não é uma figura nova na política: já foi congressista, prefeito e governador. O historiador peruano menciona que, em todas as oportunidades, ele manteve um vínculo

clientelista, utilizando-se, inclusive, a máquina pública para isto. Por fim, Zapata vê proximidades entre Acuña e Fujimori no fato de que ambos tinham como base o meio universitário (além de terem sido reitores); por se apresentarem à sociedade numa maneira informal, isto é, afastada das formalidades acadêmicas; bem como, por dirigirem os respectivos discursos aos pequenos empresários informais e às classes menos favorecidas.

O terceiro capítulo (*La derecha intelectual y tecnocrática*) aborda uma tradição política em torno da direita vinculada a uma elite intelectual e tecnocrática. Zapata simplifica definindo-a como uma vertente da direita que, historicamente, sempre foi ligada a outros ramos desse polo do espectro político-ideológico – na composição de governos –, mas que, raramente, ousou governar por si mesma.

O autor faz um breve histórico de vários governos de direita, que assumiram o Estado peruano, e tiveram o apoio de intelectuais e/ou tecnocratas tanto na gestão governamental como na legitimação de determinadas ações. Nesse sentido, observa-se um apoio irrestrito aos governantes de todos os perfis. Ou seja, desde os autocráticos aos democráticos, como dos conservadores aos liberais. Zapata aborda, por exemplo, casos como no final da “República Aristocrática”, que a elite econômica já antecipava uma guinada para uma “república prática”, e apoiou Manuel Pardo para a presidência (1872-1879). Como, também, no apoio de Pedro Beltrán, diretor do jornal *La Prensa*, para o golpe de Odría (1948), e, anos depois, na sua posterior nomeação como presidente do Conselho de Ministros do governo (de direita), eleito democraticamente, de Manuel Prado Ugarteche (1956-1968). Assim como, na participação de Manuel Ulloa, proprietário de um grande grupo de comunicação, no governo de Fernando Belaunde (1980-1985) como Ministro de Economia e Finanças e presidente do Conselho de Ministros.

O próprio Pedro Pablo Kuczynski, que representa essa vertente da direita na atualidade, foi colaborador dos dois governos de Belaunde, além de ter sido Ministro de Economia e Finanças e presidente do Conselho de Ministros no governo de Alejandro Toledo (2001-2006). Kuczynski, no entanto, exerceu a maior parte do tempo das suas atividades laborais no setor privado. Foi sócio de um famoso banco de investimentos, presidente e diretor de várias empresas peruanas e multinacionais e diretor do Banco Mundial.

Não obstante, desde 2011, Kuczynski iniciou uma inserção na política por si mesmo. Concorreu naquele ano tendo ficado em 3º lugar, e, novamente, em 2016, com um partido próprio – o *Peruanos Por el Cambio* –, busca, sem se desvencilhar de seu perfil tecnocrático, ser eleito presidente da República. Zapata observa que essa postura é rara dentro da direita, já

que, na maior parte das vezes, é mais cômodo para as elites acompanhar algum candidato de outra vertente da direita do que se ocupar numa árdua tarefa de se lançar num pleito.

O último capítulo (*Once tesis sobre las derechas*) consolida as principais constatações do autor em torno da sua pesquisa em torno da direita peruana. Logo, são desenvolvidas onze teses em torno da direita do Peru. Essa derradeira parte do livro, na verdade, tem mais um viés de conclusão do que propriamente de desenvolvimento de ideias novas como ocorrido nos três capítulos anteriores.

A primeira tese é que apesar da história política peruana no campo das direitas ter sido formada – no que tange à relevância política – pelas três tradições abordadas (*aprista*, clientelista e intelectual/tecnocrática), o eleitorado direitista não se importa tanto com as divisões, e, na etapa final das campanhas, opta pelo representante melhor colocado nas pesquisas.

A segunda é que o fujimorismo pertence a um tipo específico de governo de direita caracterizado por três elementos: liberalismo econômico, autoritarismo político e clientelismo populista. Nesse ponto, ressalta que a plena vigência de uma economia livre de mercado é um traço que está em todos os vieses da direita atual.

A terceira tese é de que o clientelismo pode adotar uma nova face. Isto é, não obrigatoriamente necessita ser construído a partir do Estado. Essa afirmação é desenvolvida a partir do caso de César Acuña, que, segundo Zapata, é o mais clientelista dos políticos atuais peruanos.

O quarto enunciado é de que, atualmente, a direita intelectual é mais tecnocrática do que ideológica (como era no passado). Apesar de ter uma trajetória menos nítida no passado, já que não postulava candidatos diretamente nas eleições, a direita tecnocrática segue crescendo, especialmente, por meio de *think tanks* (laboratórios de ideias para uma economia de mercado).

Quinta proposição: a partir das três tradições apresentadas no trabalho, é possível compreender a própria história da direita peruana. Ademais, tais vertentes compartilham algumas ideias e se apartam de outras. A exemplo do liberalismo na economia. Os quatro representantes atuais da direita (das três vertentes) defendem essa ideia. No entanto, Keiko, pelo peso da tradição clientelista a partir do Estado, não a rechaça, mas também não abre mão do papel estatal direcionado às populações mais pobres.

A sexta tese se desenvolve na associação da direita com a religião. Tradicionalmente, as instituições religiosas estão mais próximas do conservadorismo, e, logo, a direita peruana

manteve uma vinculação forte com as igrejas. No entanto, Zapata observa que os representantes das direitas (com exceção de Kuczynski, que tem um perfil mais liberal também na organização da sociedade) estão dentro de um liberalismo econômico, mas próximos de um conservadorismo social.

A sétima é de que as direitas diminuem a questão social perante o econômico. Desse modo, sustentam hierarquias na sociedade de modo que (numa interpretação estritamente capitalista) defendem como heróis sociais os empreendedores que criam empresas que se destacam no mercado. Assim, desprezam qualquer outra forma social pré-estabelecida, como, por exemplo, a forma de valores e organização dos povos andinos (indígenas). Estes, portanto, estão socialmente numa hierarquia abaixo, caso não ingressem nessa lógica capitalista.

O oitavo argumento é de que as direitas peruanas defendem uma democracia política, mas se afastam de qualquer discussão em torno de uma democracia social. A menor vinculação a essa característica é em torno da tradição tecnocrática liberal, por ser mais “flexível” em sua atuação, isto é, por compor governos de todas as naturezas.

O nono enunciado é que a corrupção é uma cultura política generalizada que transcende os campos da política peruana, isto é, da direita e da esquerda. No entanto, Zapata frisa que todos os governos de direita tiveram problemas com a corrupção.

A décima tese é que as direitas apostam num modelo de economia aberta, que privilegie o potencial exportador de matérias primas, nos termos da teoria das vantagens comparativas. Esse modelo de desenvolvimento tem permitido o ingresso de grandes empresas estrangeiras no país.

A última tese é que a história da política peruana foi construída, marcadamente, em torno da direita. Desse modo, as três tradições políticas apresentadas ocuparam o poder político praticamente sem interrupções nos quase 200 anos de República (Zapata diz que, talvez, uns 15 anos a república não foi governada pela direita). Ou seja, o país atual foi formado pelas direitas. Assim, Zapata finaliza o livro afirmando que o Peru se destaca como um dos países mais consistentemente alinhados à direita na América Latina.